

ADENTRAR O TERRITÓRIO DAS AMBIGUIDADES: A FAMÍLIA E A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR NÃO-CONJUGAL

Luciana Cristina Teixeira de Souza

*Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres Gênero e Feminismo da UFBA - PPGNEIM/UFBA
email: lunasouza83@gmail.com*

Resumo

Nesse texto apresento um recorte temático da pesquisa sobre violência de gênero intrafamiliar a partir da perspectiva epistemológica feminista do 'standpoint', que desenvolvo no Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres Gênero e Feminismo da UFBA - PPGNEIM/UFBA, buscando refletir sobre as interfaces que envolvem a complexidade do objeto eleito. Utilizo-me, para tanto, das reflexões sobre minha própria experiência pessoal no grupo familiar do qual pertença, marcando as influências presentes na escolha do meu tema de pesquisa, tendo em conta os pressupostos postulados pela epistemologia feminista como a valorização do saber situado descrita por Haraway (1995) quando afirma que nenhum conhecimento está desconectado de seu contexto, tampouco da subjetividade de quem o emite. Por essa razão, pude observar, da perspectiva de dentro, vários aspectos analisados pelas autoras que discutem o tema.

Palavras-chave: família; violência de gênero intrafamiliar; políticas públicas.

1. INTRODUÇÃO

Neste texto pretendo discutir o tema da pesquisa que inicio neste programa referente à violência praticada contra mulheres-mães de múltiplas idades cuja prática é oriunda de seus filhos ou filhas. Esse tema vai ao encontro das reflexões sobre as políticas públicas para as mulheres e a necessidade de sua constante atualização para o atendimento das demandas sociais de modo a contemplar a devida assistência a todas as cidadãs que recorram àquelas, independente das suas distintas posicionalidades (SARDENBERG, 2015) sociais.

Por tal razão, elegi a temática da violência de gênero, ampliando a discussão do recorte pretendido nesta análise, qual seja o da violência intrafamiliar, mais especificamente o da violência praticada por filhos e filhas contra suas mães, consideradas idosas ou não, pertencentes a vários grupos e categorias de idade ou gerações.

Questões relativas aos conflitos familiares, violência, exclusão e abandono de idosos, apontadas por um número de pesquisas, aliado aos casos notadamente divulgados pela imprensa em relação às agressões sofridas por mães e perpetradas por seus filhos, conduziram o interesse em investigar a complexidade do fato sob a abordagem feminista perspectivista, cuja produção do saber, segundo Harding (1986 *apud* Sardenberg, 2002) é

“fundamentado na perspectiva das mulheres” e, por isso capaz de fornecer uma estratégia epistemológica feminista, politizada e com saberes emancipatórios, apontando transformações e superações.

Espero contribuir, dessa forma, para a maior visibilização das ocorrências e, sobretudo, para o acompanhamento do manejo do problema por parte da sociedade e do Estado através das políticas públicas com vistas à superação de seus limites.

2. CONTEXTO DO TEMA

O tema violência de gênero tem sido objeto de interesse crescente entre os estudos feministas no mundo e no Brasil. (PIMENTEL, PANDJIARJIAN, 1998; AQUINO, 2001; PASINATO, 2004-2005; 2007; PRÁ, 2010; TAVARES, SARDENBERG, GOMES, 2011; dentre outras). Saffioti (2001) afirma que muitas pesquisas trouxeram contribuições teóricas importantes nas últimas décadas, embora ressalte a necessidade de se estabelecer distinções entre as modalidades de tal tipologia de violência.

Com o advento da lei 11.340, sancionada em 7 de agosto de 2006 no Brasil, intitulada Lei Maria da Penha (LMP), a violência de gênero, de conceituação bastante ampla, foi caracterizada como violência doméstica e familiar contra a mulher e prevista no seu Art. 7º em cinco formas distintas, quais sejam: a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Ainda antes da promulgação da LMP, Saffioti (2004) já alertava que as diversas formas descritas não se dão de maneira isolada e incorrem, inevitavelmente, acompanhadas da violência emocional a cada tipo de agressão sofrida.

Das temáticas derivadas de análises já existentes sobre violência de gênero, como dito anteriormente, uma me chamou a atenção em especial: aquela relativa à condição das mulheres-mães diante da violência intrafamiliar. Esse tema tem ocupado algumas manchetes da imprensa local de maneira recorrente.

Outra evidência da ocorrência das agressões pode ser encontrada no trabalho de Azevedo (2010). A autora realiza importante pesquisa sobre a condição social de idosos/as e sua organização em busca de cidadania. No capítulo 06 do seu trabalho, apresenta e analisa os dados coletados do disque-denúncia, das entrevistas com os sujeitos envolvidos e da pesquisa documental de processos no acervo da Delegacia Especial de Atendimento ao Idoso, doravante referenciada pela sigla DEATI, e afirma que:

Realizado o cruzamento do número de filhos/as agressores/as com o número de pais agredidos, desdobrado, ambos, por sexo, é reforçada a tendência revelada em outros estudos, do maior número de mulheres entre os agredidos. Mães vitimadas (65%), para um total significativamente menor de pais na condição de vítimas (35%). Reafirma também a tendência de que os homens compõem o maior contingente de agressores, agora na figura dos filhos (65%) que têm suas mães como alvo principal. (AZEVEDO, 2010 p. 214).

A escolha de tal recorte dos sujeitos da pesquisa - em observância a esses dois indicadores principais: 1) a veiculação cada vez mais frequente de notícias e manchetes da imprensa local denunciando casos específicos; e 2) o trabalho citado de Azevedo (2010) - se deu por observar o quão considerável e preocupante é que 65% do total de vítimas sejam mulheres agredidas por seus filhos que, em sua maioria, é composta por homens.

Perguntamos, então: por quê? e quem são essas mulheres-mães? quais lugares sociais ocupam, a que origem de classe, grupo étnico-racial e grupo de idade pertencem? além de outros marcadores sociais que porventura possam revelar-se ao longo da pesquisa.

Ainda tratando-se de violência contra a mulher, Britto da Motta alerta que é preciso considerar a questão geracional para compreender o fenômeno: “Fica esquecido que as mulheres participam [...] de vários grupos de idade, e mais, de que em todas essas etapas de vida, elas são [...] objetos de violências [...]” (2009, p.4). Para a autora, geração, como categoria de análise, não pode ser negligenciada nas análises de gênero. Acolhendo essa orientação, busco extrapolar um recorte geracional único identificando mulheres-mães de diferentes grupos de idade, alvos de violência advinda de seus/suas filhos/as, conforme denunciado em algumas matérias de jornais, visto anteriormente.

Em que pese os avanços dos estudos sobre a violência de gênero e suas diversas modalidades no âmbito das conjugalidades (SAFFIOTI, 2001; 2004; PIMENTEL, PANDJIARJIAN, 1998; PASINATO, 2005; 2007; PRÁ, 2010; TAVARES, SARDENBERG, GOMES, 2011, dentre outras) constatamos uma lacuna existente entre o recorte referente à violência contra mulheres jovens (cujas pesquisas têm priorizado a investigação da agressão conjugal), e o outro grupo ou vítima – a mulher idosa, que sofre violências comumente advindas dos seus entes próximos (BRITTO DA MOTTA, 2009). Nesta pesquisa pretendemos justamente contemplar a lacuna bibliográfica sobre a violência perpetrada por filhos/as contra suas mães de diferentes grupos de idade.

Amparada nessa observação, justifico a necessidade do recorte multigeracional e de gênero que pretendo contemplar neste estudo, e, desse modo, identificar e acolher na

pesquisa mães de diferentes gerações, cujo critério central será a sua condição de maternidade em situação de violência sofrida e advinda de seus/suas filhos/as, como ponto mais adiante.

3. ABORDAGENS TEÓRICO-CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS

Levando em conta a complexidade dos sujeitos envolvidos no problema em estudo, deverão ser investigadas na pesquisa, mulheres pertencentes a diferentes grupos de idade, observado o seu reconhecimento existencial e psicossocial como pertencentes a uma dada geração e se a relevância social da idade é, também, dimensionada por esta. Além de tentar compreender em que medida os conflitos geracionais estão implicados nessas relações marcadas por uma história de agressões e violências intrafamiliares do algum tipo.

Para a devida compreensão da violência intrafamiliar e a dinâmica que a envolve, uma chave para adentrar um território historicamente hostil às pesquisas sociológicas é a reflexão acerca da noção conceitual de *família*, especialmente no tocante às organizações contemporâneas com seus novos arranjos e todo o jogo de relações de poder decorrentes daí.

Nesse item, contribuíram os estudos de Britto da Motta (1998), que considera a família como “terreno dos mitos” por suas ambivalências em seu artigo sobre a família do idoso onde realiza uma abordagem transgeracional das relações; de Debert (2012) que constata em suas pesquisas a tendência dos operadores jurídicos à responsabilização da família pela violência contra idosos; Lins de Barros (1987) que discute a família como arena dos conflitos intergeracionais a partir das mudanças de responsabilidades e apresenta as contradições sobre o modelo de família nuclear; Sardenberg (1999) com sua pesquisa sobre famílias matrifocais que incluem agregados construindo redes de apoio mútuo confrontando com a ordem da família tradicional burguesa; e Peixoto (2000) ao analisar as transmissões intergeracionais entre avós e netas num estudo comparado de contextos diferenciados de formação e organização familiares.

Uma observação que nos interessa captar para a análise acerca da família é dita por Britto da Motta (1998):

A família é o “nosso grupo”, primeiro, primário, fundamental, que é preciso preservar a todo custo da dissolução – mas também dos olhares externos. Por isso, seu estudo, sua observação, sua análise do ponto de vista das relações que a constituem, ou parecem constituí-la, é muito difícil. Relações de gênero (principalmente entre marido e mulher), de gerações (pais e filhos, avós, netos), e intrageracionais (os irmãos) são, freqüentemente, tornadas opacas à análise do

pesquisador. E não apenas pelo desejo, consciente ou inconsciente, dos indivíduos, de preservar a privacidade do grupo; também porque essas relações são carregadas de ambigüidade, nas suas contradições entre afetividade e poder/dominação, ou entre afetos polares, que podem não ser claros até para os que os vivenciam. (BRITTO DA MOTTA, 1998 p. 71).

Tal ambigüidade presente no interior das famílias pressupõe considerar, numa pesquisa sobre o tema, os jogos de poder, os conflitos, as alianças e as trocas entre os indivíduos que partilham aquele mesmo território físico e socialmente constituído. Essa questão deverá ser observada e desenvolvida com rigor na escolha dos caminhos metodológicos que seguirei.

4. DISCUSSÃO:

Família: território de solidariedade e tensões

Tendo em conta os pressupostos postulados pela epistemologia feminista como a valorização do saber situado pensando em Haraway (1995) quando afirma que nenhum conhecimento está desconectado de seu contexto, tampouco da subjetividade de quem o emite, lembro que a escolha de um tema para um projeto de pesquisa não é descolada das experiências, da ideologia e acepções da/o pesquisadora/r. Por essa razão, pude observar da perspectiva de dentro da minha família, vários aspectos examinados pelas autoras que discutem o tema.

Vale salientar que fiz essa opção de análise pelo desejo de marcar os critérios da abordagem feminista de perspectiva (também chamadas de *standpoint theories*)¹ que, segundo HARAWAY (1995), são teorias desenvolvidas a partir da acepção de que o lugar de onde se fala e se vê (a perspectiva ou posicionalidade) vai determinar nossa fala e nossa visão do mundo e sobre o mundo.

Haraway defende, por exemplo, que o lugar dos/as subjugados/as e das minorias marginalizadas representam uma visão privilegiada da realidade - uma vantagem epistêmica (HARAWAY, 1995). A autora propõe especificar desde que ponto se parte e dessa maneira

¹ As teorias de perspectiva possuem “como fonte original as considerações de Hegel sobre a ‘dupla visão’ do escravo em relação ao seu ‘senhor’, ou seja, sobre a vantagem de perspectiva daqueles na posição de subordinados” (HARTSOCK, 1986 *apud* SARDENBERG, 2002, p. 114).

se faz explícito o posicionamento político, já que os pontos de vista nunca são neutros. Tal postura trata de romper a desigualdade entre quais sujeitos podem conhecer a realidade e quais não podem. Essa ideia é a base da influência do feminismo perspectivista.

Portanto, ao iniciar as leituras e discussões acerca da família, foi inevitável remontar as reflexões sobre minha própria experiência pessoal no grupo familiar ao qual pertencço e enunciar as interfaces e influências presentes na escolha do meu tema de pesquisa, E assim, lançar mão deste olhar de dentro das relações sociais ali travadas para desvendar os mecanismos dos conflitos existentes no interior daquele espaço, tais como: os distintos papéis exercidos pelos sujeitos conviventes, a hierarquização de poder estabelecida ou reestabelecida, além de outras marcas de valoração e diferenciação social ali representadas.

Composto, em princípio, por cinco pessoas: o pai, a mãe, uma irmã e um irmão, sendo eu a filha mais velha dos três, meu núcleo familiar sofreu a sua primeira recomposição quando da perda do meu pai à época dos meus vinte e poucos anos, o que também coincidiu com o divórcio da minha irmã e o seu retorno à nossa casa agora acompanhada da sua filha ainda bebê.

Nesse novo arranjo observa-se que a família nuclear perde um de seus membros, mas amplia-se para re-acolher, tanto financeira como emocionalmente, outro membro da família em um momento delicado e necessário da vida, realizando, por forças das circunstâncias, “uma forma nova e imperativa de apoio e solidariedade entre as gerações” (BRITTO DA MOTTA, 1998). Vejamos os impactos dessa transformação.

Era a década de 1990, formávamos uma família típica trabalhadora de classe média baixa, mas remediada pelo benefício de uma casa simples e um carro popular próprios. Embora àquela altura eu já lecionasse, ganhava muito pouco, mas me tornei, por um período de aproximadamente um ano, o arrimo da família até que a pensão deixada por meu pai se regularizasse e minha mãe alçasse ao papel de mantenedora do lar. Saliento que minha mãe nunca havia exercido outra função além do fatigante trabalho doméstico durante toda a sua vida. Passando a ser o meu salário e a posterior pensão da minha mãe, as duas fontes de renda da família.

Neste momento o arranjo familiar tomou o formato semelhante ao padrão de outras famílias chefiadas por mulheres como aquelas estudadas por Sardenberg no subúrbio ferroviário em Salvador na década de 1990, com a ressalva de que minha família não era numerosa. A autora constata que:

“...para além das casas, muitas dessas mulheres herdaram ainda a chefia de grupos domésticos constituídos por famílias extensas matrifocais. São mulheres que hoje estão à frente de unidades domiciliares que unem (ou já uniram) sob o mesmo teto, duas ou mais gerações de mães e filhas – mulheres cujos companheiros têm sido efêmeros ou apenas periféricos, encontrando, assim, no núcleo de parentes maternos, apoio mútuo e segurança para elas próprias e seus filhos.” (SARDENBERG, 1998 p.23-24).

As semelhanças entre a minha organização familiar com os resultados encontrados nesse estudo não param aí. Passávamos a fazer parte das estatísticas que mostram que esse é o tipo de arranjo doméstico-familiar predominante na sociedade brasileira e da Bahia (GOLDANI, 1994; CASTRO, 1989 *apud* SARDENBERG, 1998).

Esse arranjo também se assemelha àquele descrito por Britto da Motta (1998) ao identificar a família do idoso, pontuando o seu papel de reprodução social da família, cuja diferenciação de gênero define o sustento desta por meio das pensões percebidas pelas mulheres mais velhas.

Minha mãe tinha à época 63 anos, meu irmão 17, minha irmã, 20 e sua filhinha, 2 anos. Ambos irmãos não trabalhavam, apenas estudavam. Observa-se a coexistência e simultaneidade de três gerações e dois gêneros, embora com maioria formada por mulheres, mas sem que houvesse hegemonia expressa do gênero feminino, como discuto adiante.

Foi neste primeiro ano que me defrontei com as mais diversas e profundas dificuldades pessoais e familiares já vividas como decorrência dessa nova dinâmica de convivência. O que acabou por gerar muitos conflitos internos a partir das mudanças de responsabilidades e papéis a desempenhar. (LINS DE BARROS, 1987).

A primeira dificuldade foi, sem dúvidas, aos vinte e três anos de idade, assumir a tarefa de gerir uma família com uma nova configuração, tanto financeira como emocionalmente, vez que o centro desta teria girado durante toda a vida em torno da figura do meu pai, como chefe mantenedor e autoridade maior da família.

A minha mãe, embora tenha estudado até o nível secundário, teve uma vida tutelada inteiramente pelo marido e, sobretudo por essa razão, se encontrava sob o forte impacto emocional daquela perda repentina. Não havendo muita iniciativa para resoluções maiores no cotidiano da família, naquele primeiro ano de viuvez. Somente aos poucos passamos a partilhar, juntas, a administração doméstica.

Minha irmã, por sua vez, cuidava de se reestabelecer das duas grandes perdas, a do pai e a do companheiro de quem havia se separado. Ao tempo em que precisava criar a filha e

continuar os estudos pra vislumbrar sua independência através da sua entrada no mundo do trabalho tão breve possível.

Quanto ao meu irmão, tornou-se um adolescente revoltado com a perda do pai de quem obtinha respaldo para quase todas as suas atitudes e comportamento pela simples razão de ser o único filho homem, haja vista que a nossa formação foi a mais tradicionalmente sexista e diferenciada possível. Decidiu logo que não iria continuar a estudar, terminando apenas o nível médio e anunciando que seria sustentado o resto da vida por nós, sua mãe e irmãs.

Coube centralmente a mim e a minha mãe a função de, além de administrar os problemas cotidianos já referidos, tentar também mitigar os intensos conflitos que advinham dessa nova constituição familiar e que era tão fortemente rejeitada pelo único homem e jovem/adolescente da casa ante esse novo reposicionamento de papéis.

Este se tornou, portanto, o maior gerador de todos os problemas que ainda estavam por vir. Sendo homem e jovem que reivindicava o lugar de privilégio que antes ocupava muito confortavelmente autorizado por meu pai, avalio que meu irmão passou a rejeitar a posição que assumi depois da morte daquele que foi seu maior protetor, aliado e defensor dos seus interesses comuns de gênero.

O primeiro conflito se deu quando da sugestão de uma mudança de ordem quanto às regras de convivência. Seria muito difícil pra ele, na condição de homem, se ‘submeter’ a qualquer orientação vinda das mulheres da casa no tocante, por exemplo, à organização do espaço doméstico com divisão de tarefas, agora que enfrentávamos dificuldades financeiras e não podíamos contar com serviço de diarista, além do que, minha mãe, a quem coube realizar esse trabalho durante toda a vida, estava cansada e fragilizada para continuar a assumir aquele posto sozinha, o que pensávamos ser muito injusto. Considerando, ainda, que havia uma função a mais atribuída a ela com os cuidados da neta no período em que minha irmã ia estudar. Quanto a mim, ainda conciliava o trabalho com os estudos, incorrendo em pouco tempo disponível para os afazeres domésticos. Além disso, ele se recusava a aceitar outras orientações quanto à continuidade dos estudos, seus horários de saída e chegada, suas companhias, etc.

Nota-se que nessa nova relação familiar estabelecida passam a existir também novas tensões onde se cruzam conflitos da ordem de gênero, mas também de geração.

O cenário de extensos embates com meu irmão durou cerca de aproximadamente dez anos, oscilando entre períodos de paz e guerra, mas à custa de muito desgaste emocional. Até que ele se casou e deixou a família nuclear, indo constituir a própria.

Mas é importante pontuar que durante todo esse tempo, o histórico de abusos psicológicos cometidos por ele contra minha mãe, em especial, que seria o sujeito mais vulnerável do núcleo familiar, não teve suficiente enfrentamento dada a posição de gênero das demais pessoas que co-habitavam a casa. Todas mulheres, embora mais velhas que ele, apenas toleramos com resistência, e da melhor forma que pudemos, aquela ordem imposta de maneira autoritária até que finalmente ele decidisse sair de casa por si mesmo.

A sua ida provocou uma mudança qualitativa substancial nas relações, haja vista que a partir de então ele formaria um novo grupo familiar onde certamente passou a exercer e saciar toda a sede do poder patriarcal que lhes faltou em totalidade na sua família de origem num certo momento da vida.

Todavia, para não deixar de falar de outras experiências fruto de outro encontro intergeracional, aquele que assisti e vivencio ainda, entre minha mãe e sua neta, hoje com oitenta e vinte anos, respectivamente, mesmo que atravessado por tensões e conflitos inerentes a distintas vivências de gerações, há uma evidente preferência e cumplicidade entre ambas, em detrimento do outro neto e demais agregados como netos-sobrinhos/as. Há ali um pacto de fidelidade quase intransponível aos olhos do restante da família. Fato que é analisado por Lins de Barros ao estudar “autoridade e afeto” constituintes dessa relação:

“A clara expressão da preferência afetiva por determinados netos é uma forma também de demonstrar sua função de transmissão de conhecimentos, explicitando a conjunção entre afeição e herança cultural.” (LINS DE BARROS, 1987, p. 118).

A narrativa delimitada dessa experiência vivida em família serve pra expor as inquietações que sempre me acompanharam e motivaram a compreender as relações violentas comumente observadas dentro do território das famílias em seus mais variados arranjos, como provam os diversos estudos já referidos, além de relatos que por vezes escapam nos momentos de desabafo e conversas informais entre amigas/os e conhecidas/os.

Deste lugar e dessa posição é que parte o interesse em aprofundar as reflexões acerca da temática escolhida e formatar, a fim de tornar adequada a pesquisa com os seus propósitos, um projeto de tese de doutorado contemplando o tempo disponível para o

desenvolvimento e conclusão da mesma. Minhas indagações necessitavam de maior delimitação, foco e recorte.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo o desafio de criar os instrumentos conceituais e metodológicos necessários a uma pesquisa sob a perspectiva de gênero e feminista, ao refletir sobre a violência intrafamiliar visualizando o meu problema de pesquisa, pretendi, com esse texto, indicar algumas possibilidades para construção de uma parte do aporte conceitual preliminar necessário ao desenvolvimento da tese proposta.

Desse modo, constatei que a noção de família pode ser compreendida como central na pesquisa, já que representa uma instância da sociedade expressa por conflitos entre papéis hierarquizados e por determinadas marcas de valoração social. O gênero e a geração sendo duas dessas. Tal categoria de análise poderá trazer contribuições teórico-metodológicas relevantes para a investigação do meu objeto de estudo, sendo essa mensurável no nível prático-teórico e real concreto.

Ademais, consideramos a pesquisa, com o recorte proposto, uma iniciativa de investigação com vistas a contribuir para dar maior visibilidade social à violência de gênero colaborando para que as ciências sociais e a própria sociedade possam superar o quase silêncio que cerca o tema e, assim, formular uma legislação eficaz no combate à violência intrafamiliar.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Eulália Lima. Um palco de múltiplas vozes: a nova invenção dos idosos/as em luta pela cidadania. Salvador, 2010. 281 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2010.

BRASIL, LEI 11.340/06. Lei Maria da Penha. Brasília, DF: Senado Federal, 2006.

BRASIL. Ministério da Justiça. Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs). Edição atualizada, Brasília, 2010. 84 p. Disponível em: < <http://www.spm.gov.br/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/lei-maria-da-penha/norma-tecnica-de-padronizacao-das-deams-.pdf>.> Acesso em: 18 out. 2014.

BRASIL - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher - CPMI-VCM, Relatório Final 2013, Brasília, Julho de 2013. Disponível em:

<http://www.compromissoeatitude.org.br/wpcontent/uploads/2013/07/CPMI_RelatorioFinal_julho2013.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2015.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Violência contra as mulheres idosas – questão feminista ou questão de gênero? Trabalho apresentado ao Congresso da LASA (Associação de Estudos Latino-Americanos). Rio de Janeiro, jun. 2009.

BRITTO DA MOTTA, Alda. As velhas também. Ex Aequo, n.º 23, 2011, pp. 13-21.

CECCONELLO, A.M.; DE ANTONI, C., KOLLER, S.H. Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. Psicologia em Estudo. Maringá, v.8, n. esp., 2003. p.24-54.

CORREIO DA BAHIA. Jovem é suspeito de matar a mãe a facadas no bairro da paz. Salvador, 06 jun. 2012.

DAY, V.P.; TELES, L.E.B.; ZORATO, P.H. et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. R. Psiquiatria, RS, 25'(suplemento 1), abril 2003. p. 9-21.

DEBERT, Guita Grin; MARQUES DE OLIVEIRA, Amanda. A feminização da violência contra o idoso e as delegacias de polícia. Mediações, Londrina, v. 17 n. 2, jul./dez. 2012, p. 196-213.

FORACCHI, Marialice M. O conflito de gerações. In: _____. A Juventude na Sociedade Moderna. São Paulo: Pioneira, 1972. p.19-32.

GOMES, Márcia Carvalho. Proteção social à velhice e o circuito de solidariedades intergeracionais. 2008. 288 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

KELLERMAN, Jonathan. Filhos selvagens: reflexões sobre crianças violentas. Tradução de Alberto Lopes. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, P., LENOIR, R., MERLLIÉ, D. e PINTO, L. Iniciação à prática sociológica. Petrópolis, Vozes, 1998. p. 59-106.

LINS DE BARROS, Myriam M. Autoridade e afeto: avós, filhos e netos na família brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987. (Principalmente “Autoridade e Conflito” p. 44-72 e “Autoridade e Afeto”, p.105-138).

MACÊDO, Márcia dos Santos. Na trama das interseccionalidades: mulheres chefes de família em Salvador. Salvador, 2008. 247 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2008.

MANNHEIM, Karl. O problema das gerações. In: _____. Sociologia do Conhecimento. Porto, PT: Res, 1928. p. 115-176.

OBSERVE-OBSERVATÓRIO LEI MARIA DA PENHA, 2007. Disponível em: <http://www.observe.ufba.br/observatorio_historico>. Acesso em 20 out. 2014.

PASINATO, Wânia. Questões Atuais sobre gênero, mulheres e violência no Brasil. Revista Praia Vermelha, RJ: ESS/UFRJ, nº 14&15, 1º/2º sem. 2007, páginas 130-154.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Avós e netos na França e no Brasil. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers; SINGLY, François de; CICCHELLI, Vincenzo (Eds.). Família e Individualização. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

PIMENTEL, Silvia; SCHRITZMEYER, Ana Lúcia P.; PANDJIARJIAN, Valéria. Estupro: crime ou 'cortesia'? Abordagem sociojurídica de gênero. Coleção Perspectivas Jurídicas da Mulher, Porto Alegre: Fabris Editor, 1998, p. 24-25.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. Sociedade e Cultura. 2008, vol. 11. n. 12(julho-dezembro) pp. 263-274. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=70311249015>> ISSN 1415-8566>. Acesso em 31 out 2014.

PRÁ, Jussara Reis. Metodologias feministas, gênero, políticas públicas e o monitoramento da Lei Maria da Penha. In: RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria; AREND, Silvia Maria Fávero (Orgs.). Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. p.81-101.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Cadernos Pagu, 2001, n.16, pp. 115-136. ISSN 0104-8333. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332001000100007>>. Acesso em out. 2014.

_____. Gênero, patriarcado, violência. 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Ana Cláudia Wendt dos; MORÉ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo. Impacto da violência no sistema familiar de mulheres vítimas de agressão. Psicol. Cienc. Prof., 2011, vol.31, n.2, pp. 220-235. ISSN 1414-9893. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932011000200003>>. Acesso em out. 2014.

SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. Revista Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe, Universidade de Tel Aviv, 2005. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down083.pdf>> Acesso em: 16 mai 2015.

SARDENBERG, Cecilia M. B. Mães e filhas: etapas do ciclo de vida, trabalho e família entre o antigo operariado baiano. Cadernos CRH, Salvador, n.29, p.21-47.jul./dez. 1998. Dossiê Gênero e Família.

_____. Da transversalidade à transversalização de gênero: aportes conceituais e prático-políticos. In: SHEFLER, Maria de Lourdes; VASQUEZ, Petilda Serva; AQUINO, Silvia de. Travessias de gênero na perspectiva feminista (Coleção Bahianas). Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010, p. 37-73.

_____. Caleidoscópios de gênero. In: Mediações. Dossiê Desigualdades e Interseccionalidades. Londrina, v. 20 n. 2, p. 56-96, jul./dez. 2015, p. 56-96.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Porto

Alegre, v.16, nº 2, jul/dez 1990, p. 71-99.

SILVA, Joseli Maria; SILVA, Augusto Cesar Pinheiro da. Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011.

TAVARES, Márcia Santana; SARDENBERG, Cecília M. B.; GOMES, Márcia Queiroz de C. Feminismo, Estado e Políticas de Enfrentamento à Violência contra mulheres: monitorando a Lei Maria da Penha. In: Labrys Estudos Feministas. Florianópolis: UFSC, jun./dez. 201

TAVARES, Márcia Santana; DELGADO, Josimara. (Trans)versalidades de gênero e geração nas políticas sociais: o lugar de mulheres e idosos In: Caderno Espaço Feminino - Uberlândia-MG - v. 25, n. 2 - Jul./Dez. 2012 – ISSN online 1981-30879.